
ACTA N.º 5

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA EM 27-04-06**

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano dois mil e seis, na sala de sessões dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, sob a Presidência do Senhor **João Aires Moreira Mora Leitão**, secretariado pelos Senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes Membros:

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, Rui Vitor Pires Bragança, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Sérgio Manuel Carrondo Amaro e Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campenhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luís Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

Mário Eugénio Filipe Duarte e António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista**, os Senhores: -----

Carlos Alberto Machado e Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins, respectivamente. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Senhor Presidente da Câmara Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores, Luís Filipe Mesquita Boavida, Maria João Gil dos Santos Grácio, João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Henrique dos Reis Leal, Ezequiel Soares Estrada e Carlos Alexandre Zagalo Gouveia. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão quando eram vinte e uma horas e dez minutos: “Devo dizer-vos que este atraso se deveu ao facto de terem de ser copiadas as propostas que vão ser apresentadas, a fim de que todos tenham a documentação necessária. -----

Foi lido o documento de **pedido de substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelo seu substituto legal, o Senhor Carlos Alberto Machado**. -----

Foi lida a acta de instalação do Senhor **Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta**, que **substituiu o Deputado Paulo Jorge Martins Beirante**, do Partido Social Democrata, que pediu substituição de mandato por período inferior a trinta dias. -----

Lida a acta de instalação e feito o respectivo juramento por parte do novo elemento, o **Presidente da Assembleia** considerou-o investido nas funções, passando de seguida à discussão e posterior votação da acta número quatro. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ACTA NÚMERO QUATRO: -----

Pediu a palavra a Presidente da Junta de Freguesia, **Teresa Martins**: “Embora eu não tenha estado presente, li a acta e as correcções que tenho a fazer, são pura e simplesmente ortográficas. -----

Na página dois, onde se lê: “temos na Mesa três proposta...” devia de ser “propostas”. Falta um «s»”. -----

Na página seis, décimo primeiro parágrafo, onde diz; “Portugal como um dos países com melhor sistema de saúde” tem um “é” a mais. -----

Logo de seguida, décimo segundo parágrafo: “...organizações internacionais que monitorizam a justiça e nós somos postos de rastros” está “em”. -----

Página oito, oitavo parágrafo, está escrito: “Dez uso da palavra o Presidente da Assembleia”. Isto deve ser outra palavra qualquer, “fez” ou “usou”. -----

Página catorze: Partido Social Democrata, o nome do Senhor Fernando José Guia Barbosa. “Guia” está com letra pequena e, mesmo no fim, “seis elementos indicados pela Assembleia: José António Dias...” “Dias” também está com letra minúscula. -----

Página quinze, início do quarto parágrafo: Também ia referir aquilo que a Doutora Isilda...” “Doutora” não pode estar escrito assim, é só “Dr.”. Não é correcto escrito desta forma. -----

Página dezasseis, no início, sexta linha: “etc.” está escrito ao contrário. -----

Página dezassete, no fim do sexto parágrafo, tem um “e” a mais. É acelerado estado de degradação. -----

Página vinte, no início: “e modernizamos todos...” tem uma letra a mais. É riscar o “e”. E a seguir: “devia ter sido perguntado pelos deputados...” e está “pelo deputados”. -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a acta número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA: -----

A acta número quatro foi **aprovada por maioria com dezassete votos a favor**, sendo, nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária e, cinco abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Em relação ao **pedido de audiência à REFER**, ficou assente em Comissão Permanente que fosse aguardado algum tempo antes de pedir esta reunião e houve duas comunicações, uma por parte da REFER por escrito e uma por parte da C.P. via telefónica. -----

Temos aqui presente uma proposta da Coligação Democrática Unitária em relação ao pedido de audiência do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário e eu vou passar a palavra à Coligação Democrática Unitária para explicar a esta Assembleia a sua posição.” -----

Foi dada a palavra a **Mário Eugénio**: “Eu estive presente na reunião da Comissão Permanente em que analisámos a resposta que a REFER deu à Assembleia Municipal do Entroncamento face ao pedido de audiência que tinha sido solicitado em tempos. Na altura, também nos foi comunicado que a C.P. tinha, não por escrito mas via telefone, entendido também que a nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário poderia não justificar o pedido de audiência que lhes tinha sido solicitado. -----

Também, se não me falha a memória, nessa reunião da Comissão Permanente já manifestei a vontade de trazermos a esta Assembleia o reiterar do pedido de audiência dado que, houve uma série de preocupações que nós manifestámos na altura e que pensamos que

não estão satisfeitas. Designadamente no que toca à preservação do material circulante e ao futuro do Museu, que nos parece que as coisas não estão muito claras. -----

A Coligação Democrática Unitária entende que, uma vez que já temos neste momento nomeado o Presidente do conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário, fará mais sentido que o pedido de audiência seja feito ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação, uma vez que nos parece que ele, neste momento, terá condições para responder às nossas preocupações. -----

Portanto, julgo que não vale a pena estar a ler esta proposta, pois ela basicamente assenta nisto e é esta a proposta que nós defendemos.” -----

PROPOSTA: -----
«PEDIDO DE AUDIÊNCIA AO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO. -----

Face às preocupações generalizadas e transversais a todas as forças vivas do concelho, expressas na Moção sobre o Museu Nacional Ferroviário aprovada nesta Assembleia, em 21 de Dezembro de 2005, justifica-se que a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 27/04/2006, delibere reiterar todas as exigências feitas na altura, apesar de já ter sido dada posse ao Presidente do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário (MNF). -----

Com os desenvolvimentos havidos, esta Assembleia considera de momento de maior interesse que os pedidos de reunião com a CP e a REFER, sejam substituídos por um pedido de reunião ao Senhor Eng.º Carlos Frazão, Presidente do Conselho de Administração da Fundação do MNF para lhe transmitir as preocupações expressas no documento acima referido e se inteirar da actual situação do processo de concretização do Museu» -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “Eu penso que faz algum sentido e já na reunião da Comissão Permanente tinha ficado no ar esta sugestão do Engenheiro Mário Eugénio. -----

Portanto, faz todo o sentido aprovar este documento. Eu apenas iria pedir uma coisa, se for possível: quando é referido, mesmo no final do último parágrafo – ... *se inteirar da actual situação do processo de criação do Museu.* Nós partimos do princípio que o processo de criação inicial está em marcha e já não é uma criação de que estamos a falar. O Museu, neste momento, enquanto Museu, ele existe, há é que criar as condições necessárias à sua concretização no terreno. Não sei se não seria possível alterar apenas este bocadinho, porque, de facto, nós não queremos criar, nós queremos subconstânciar, no palpável, uma coisa que já existe formalmente.” -----

Interveio **Mário Eugénio**: “É evidente que faz todo o sentido e aceitamos. Estamos disponíveis para isso.” -----

Atendendo a que mais ninguém se quis manifestar, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA: -----

A proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e dois votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Por ordem de entrada, existe uma recomendação do Bloco de Esquerda sobre o José Afonso, que foi músico, cantor, poeta e meu particular amigo.” -----

Durante a intervenção do Presidente da Assembleia **compareceu o Deputado Luís Grácio.** -----

Foi dada a palavra a **Carla Oliveira** que leu e apresentou a recomendação do Bloco de Esquerda: -----

RECOMENDAÇÃO: -----

«Estamos a menos de um ano duma efeméride particularmente significativa. A 23 de Fevereiro de 2007 cumprir-se-ão exactamente 20 anos sobre a morte de José Afonso, uma data marcante que cumprirá assinalar com a dignidade e o relevo que a personalidade merece. -----

José Afonso foi músico, cantor e poeta, senhor do lirismo mais doce e capaz da palavra mais cortante. Foi professor, pedagogo, combatente pela democracia e pela liberdade, espírito crítico, rebelde e exigente, visionário de uma terra onde “ser digno” fosse conjugado no presente e no plural, companheiro e amigo dos simples e dos humildes. Fez de “terra da fraternidade” mais do que a estrofe de uma canção e a senha do 25 de Abril: fez da fraternidade uma palavra de ordem para a sua própria acção quotidiana. José Afonso foi, em suma, um português exemplar. -----

O seu perfil como homem transcende em muito a imagem redutora do mito. O Zeca foi uma personalidade rica e complexa, preñe de contradições, de angústias e de sonhos – muitos sonhos. -----

A menos de um ano dos vinte sobre a morte de José Afonso, cremos ter chegado a hora de preparar com tempo a homenagem que ele merece, perpetuando-lhe a obra e dando-o a conhecer nas suas múltiplas facetas, sobretudo às gerações mais jovens. -----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara do Entroncamento que prepare para o primeiro trimestre do próximo ano um ciclo de actividades de homenagem a José Afonso, procurando envolver as colectividades, as escolas e a comunidade, em geral.» -----

Continuou **Carla Oliveira:** “Vinte anos passados sobre a morte de José Afonso, parece-nos a nós, Bloco de Esquerda, um marco importante e que não deve, de forma alguma, passar em branco. -----

Sobretudo num tempo em que falamos regularmente de um marasmo colectivo, de uma apatia generalizada por parte da população em geral e sobretudo das camadas mais jovens, achamos que esta é uma oportunidade privilegiada de reflexão, de aprendizagem e, ao mesmo tempo, em que se faz uma homenagem a Zeca Afonso. -----

Falamos aqui do envolvimento da população em geral e pretendemos ir mais além dos habituais rituais de homenagem. -----

Pretendemos envolver toda a população, pretendemos fazer recordar a quem conhece a obra de Zeca Afonso, dar a conhecer a quem não conhece, nomeadamente às camadas mais jovens. E há com certeza muita gente que, ou não ouviu falar, ou ouviu falar e conhece pouco da sua obra. -----

Pretendemos lançar o desafio às escolas, faze-los participar, apresentarem trabalhos, porque não! Falar com os artistas da terra, propor-lhes que participem – músicos, escritores. Falar com as colectividades. -----

No fundo, o que pretendemos é uma homenagem para todos e que seja feita por todos. -----

Fazemos hoje aqui esta recomendação com tempo, porque achamos que só com tempo se pode preparar a homenagem que Zeca Afonso merece.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia:** “Eu quero agradecer o facto de trazerem aqui uma justíssima homenagem a uma pessoa que, no aspecto humano era extraordinária. Era meu particular amigo e não me esqueço dele. É bom para o Entroncamento lembrar-se, com tempo, de prestar uma justa homenagem a um homem que foi extraordinário.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques:** “Nós queremos reconhecer a importância e a oportunidade desta homenagem a Zeca Afonso. Quase todos nós nos lembramos que, muitas vezes, pela calada da noite, ouvíamos Zeca Afonso, líamos textos dele. Aliás, uma grande

parte da sua obra não é do domínio público. O que é mais conhecido é a sua obra cantada, não a sua obra escrita. -----

Portanto, achamos que era de toda a importância a revelação aos mais jovens de um dos grandes poetas do lirismo contemporâneo. Os que viveram aqueles tempos, com a rebeldia que é própria da juventude, quem viveu, discutiu e se serviu da sua obra como bandeira e ferramenta de combate político, acho que é de louvar a iniciativa do Bloco de Esquerda à qual nós aderimos e concordamos que a Câmara tome em mãos esta iniciativa aqui proposta.” -----

Intervio de seguida **Maria Isilda**: “De facto, aquele parte da calada da noite, não tenho tempo útil de vida para conseguir lembrar-me dela e se calhar, muitos dos que estamos nesta bancada não temos, mas temos a noção daquilo que a cultura, o som, a poesia, a escrita são importantes para as gerações actuais. Não só aquilo que nos diz Zeca Afonso, mas tudo aquilo que nos dizem uma quantidade de autores que nós conhecemos, que alguns de nós conhecem, e que, para muitos jovens de hoje, dizem muito pouco. E nessa medida, esta iniciativa é uma iniciativa muito positiva e que nós consideramos e vamos apoiar.” -----

De seguida, interveio **Mário Eugénio**: “Não vamos acrescentar muito mais, mas dizer que esta homenagem é justíssima e que nós nos vamos empenhar seguramente, com o nosso contributo, para que ela seja a melhor possível. -----

Desejamos que seja, de facto, um evento com sucesso.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a recomendação em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO: -----

A recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Voltou ao uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Temos de seguida uma moção que versa o assunto do transporte ferroviário no distrito de Santarém e eu vou dar oportunidade à Coligação Democrática Unitária para nos elucidar sobre estes aspectos ligados ao transporte ferroviário.” -----

Foi dada a palavra a **Mário Eugénio** que apresentou a moção: -----

MOCÃO: -----

«TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO DISTRITO DE SANTARÉM -----

Tendo em conta o conteúdo da resposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (em anexo) à Proposta de Requerimento n.º 1193/X (1.ª), AC de 21 de Dezembro de 2005, da Deputada Luísa Mesquita (PCP), referente ao assunto “Transporte Ferroviário no Distrito de Santarém”, constata-se, no fundamental, que nas cidades de Entroncamento e de Santarém vão deixar de parar os comboios ALFA PENDULAR, ou seja, o distrito fica sem esses serviços, num total de 11 comboios diários. -----

Tendo em conta que: -----

Esta é mais uma medida que visa retirar peso ferroviário ao Distrito e, em particular, ao Entroncamento, cidade que desempenha um importante papel como plataforma ferroviária regional. -----

O transporte ferroviário é importante não só para as populações, mas também para as empresas. -----

Não é correcto afirmar que as paragens do serviço ALFA PENDULAR vão ser retiradas às cidades de Entroncamento e de Santarém porque existem alternativas de qualidade semelhante, uma vez que os horários dos Comboios Intercidades estão incluídos em grelhas horárias diferentes, não permitindo, em caso algum, chegar ao Porto antes das 13h30 e a Lisboa antes das 11h30. -----

Não é também correcto afirmar que as estações de Entroncamento e de Santarém são de -----

tráfego reduzido para o serviço ALFA PENDULAR, já que o Entroncamento tem mais clientes que Pombal e Espinho e, no entanto, este serviço continua previsto para estas duas últimas cidades, mesmo estando Pombal bastante próximo de Coimbra, e Espinho do Porto. As medidas, agora anunciadas, põem em causa a qualidade de vida das populações não só do Distrito de Santarém, mas também do Alto Alentejo e Beira Baixa que ficam sem ligações aos ALFA PENDULARES. -----

A Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida em 27/04/2006, exige das entidades competentes a continuação da paragem dos comboios ALFA PENDULARES no Distrito de Santarém, e a salvaguarda da importância do Entroncamento como plataforma multimodal, por forma a que seja mantido e reforçado o seu potencial logístico que histórica e geograficamente lhe cabe. -----

Aprovada a Moção, vai a mesma ser enviada à Presidência do Conselho de Ministros, Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comunicação Social Nacional e Regional, NERSANT, Sindicatos, Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Santarém e Governo Civil.» -----

Continuou **Mário Eugénio**: “O que nós pretendemos com esta moção é manifestarmos alguma preocupação pelo facto de ter sido anunciado que os comboios ALFA PENDULARE vão deixar de parar no Entroncamento e também em Santarém. -----

Nós consideramos que é mais uma machadada no papel que o Entroncamento tem no meio ferroviário. Consideramos também que um argumento que tem sido utilizado para afirmar que o serviço Pendular a ser retirado do Entroncamento, não é nada de muito grave porque existem outras alternativas de qualidade semelhante. Julgo que se estarão a referir aos restantes comboios Intercidades. -----

Nós gostaríamos de manifestar aqui que isso não é de facto verdade, porque os comboios Intercidades estão incluídos em grelhas de horários diferentes e isso não vai permitir, em caso algum, que se chegue ao Porto antes da uma e meia da tarde num comboio de qualidade semelhante, como se diz, e a Lisboa antes das onze e trinta. -----

Depois também tem sido utilizado o argumento de que o facto do ALFA PENDULAR deixar de parar no Entroncamento e em Santarém, tem a ver com o reduzido tráfego que o Entroncamento tem. Nós, baseados em informações que temos, seguras, consideramos que o Entroncamento tem mais clientes do que Pombal e que Espinho e que Pombal fica, de certo modo, perto de Coimbra e Espinho está francamente próximo do Porto. Portanto, esse também não será um argumento muito forte. -----

Por outro lado, consideramos ainda que, o facto do ALFA PENDULAR deixar de parar no Entroncamento, prejudica não só os habitantes aqui da zona, mas também de outras zonas do interior que poderiam utilizar este meio de transporte para se deslocarem concretamente para algumas áreas do Alto Alentejo e da Beira Baixa. -----

O que nós gostaríamos é que esta Assembleia manifestasse e exigisse das entidades competentes a continuação da paragem desta família de comboios no distrito de Santarém, particularmente no Entroncamento, e que, se esta moção fosse aprovada, fosse enviada à Presidência do Conselho de Ministros, ao Ministério das Obras Pública, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Comunicação Social regional e nacional, NERSANT, Sindicatos, Câmaras e Assembleias do distrito de Santarém e Governo Civil.” –

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “O Engenheiro Mário Eugénio, que é especialista neste assunto de transportes, trouxe-nos aqui um conjunto de informações e fundamentação que me parece suficiente para que nós aprovemos esta moção. -----

Efectivamente, pelas razões expostas, parece haver todas as razões para que os ALFA PENDULARES continuem a parar no Entroncamento. -----

Virá talvez a propósito recordar o despropósito (passo a contradição) de decisões desta natureza, que são decisões de ordem estratégica, não só para o Entroncamento, mas para a região, ou até, se quisermos ser mais precisos, para a sub-região em que nós nos

inserirmos e elas são tão mais a despropósito porque neste preciso momento, há cerca de uma semana, começou a ser elaborado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Vale do Tejo e do Oeste, que é um Plano estratégico, que daí sim, poderão decorrer consequências desta natureza. Portanto, o Plano Regional de Ordenamento com certeza que vai ter implicações num mapa de infraestruturas básicas, na rede de transportes, etc. e portanto, parece-nos que, decisões destas, aparecem como casuísticas, fragmentadas, desinseridas de uma visão global de ordenamento do território e do desenvolvimento desta região. -----

Já agora, também referir que, segundo anunciou o Senhor Presidente da Junta do Médio Tejo, o Senhor Presidente da Câmara de Tomar, a elaboração de um plano de transportes para o Médio Tejo, vai ser uma das grandes tarefas para o período de dois mil e sete dois mil e treze e também aí é expectável e é lícito, é natural que aí, se possam vir a colocar decisões desta natureza. Toma-las agora, da forma como foram feitas, mais a mais com as razões que aqui são aduzidas, parece-nos uma decisão errada e parece-me perfeitamente justo que nós aprovemos esta Moção.” -----

De seguida, pediu a palavra **Rosa Pedro**: “Em relação ao que já foi dito e penso que já foram feitos alguns esclarecimentos, eu queria acrescentar, até porque isto é uma questão que, mesmo a nível da C.P. e da REFER, já vem tirada há algum tempo; Eventualmente poder-se-á invocar a pouca quantidade de passageiros que entram no Entroncamento ou Santarém. Eu não sei os números mas, de qualquer forma, incluindo este expediente que vem aqui em anexo, não quantifica quanto é que a C.P., neste caso, em termos de receitas, irá incrementar com o deixar de haver a paragem dos ALFA PENDULARES em Santarém e no Entroncamento. Isto poderá ser porque, se calhar, não sabemos quando é que iremos ter efectivamente alta velocidade e, com a criação da unidade de negócios de alta velocidade, a afectação do material pendular a essa unidade, é uma forma de se antecipar termos a alta velocidade mais cedo, uma forma um pouco mitigada. -----

Isto poderia ser discutível. Eu também ainda não ouvi nada evidenciado de que os futuros comboios Intercidades, em termos de horários, vão substituir e cubram integralmente a situação dos anteriores horários dos comboios ALFA PENDULARES. Eu não vi nada nesse sentido. -----

Ou seja, muito embora com as novas alterações que houve no material circulante, já com ensaios feitos, em que futuramente os actuais comboios, particularmente o Intercidades, praticarão velocidades da ordem dos cento e noventa, duzentos quilómetros hora, digamos que se aproximam um pouco dos duzentos e vinte que são praticados pelo material ALFA PENDULAR, efectivamente não está evidenciado que, uma alternativa credível dos comboios Intercidades em alternativa aos ALFA PENDULARES. Até para se chegar ao Porto, actualmente, há a possibilidade de chegar a Campanhã às onze e meia da manhã, sensivelmente, e de estar relativamente cedo em Lisboa e, essa possibilidade é retirada. Para além também, quando se fala dos problemas de interioridade, digamos que não é nenhuma infelicidade morar ou ter nascido em Castelo Branco, na Guarda ou na Covilhã e, eventualmente, ficar com mais alguma inibição em termos de problema de transportes. -----

Concordo com o que disse o Deputado Matias sobre a questão. -----

Isto fará sentido num âmbito muito mais alargado de planeamento do território ao nível dos transportes para a nossa zona do que está a ser feito e como tal, penso que isto faria sentido numa perspectiva muito mais alargada e, até que não hajam alternativas credíveis, ou pelo menos que seja demonstrado que os futuros comboios Intercidades sejam uma alternativa credível para os moradores do Entroncamento. E numa altura em que as questões de energia são tão graves, como nós sabemos, que é importante estimular o viajar de comboio, penso que as pessoas que moram no Entroncamento e nas terras limítrofes, que eventualmente também merecem ter o mínimo de condições para apanharem aqui o ALFA PENDULAR; já não falando na capital do nosso distrito, a cidade de Santarém. Como tal, penso que, no essencial, seria de apoiar esta moção.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção em debate à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOCÃO: -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

De seguida, a palavra voltou a ser dada a **Mário Eugénio** que apresentou uma outra moção: -----

MOCÃO: -----

«PLANO ESTRATÉGICO DA EMEF PARA O TRIÉNIO 2006 – 2008 -----

Face à recente apresentação do Plano Estratégico da EMEF, disse o Senhor Ministro das Obras Públicas que, com a apresentação do Plano Estratégico da EMEF para o triénio 2006-2008, fica “concretizado mais um passo no sentido de honrar o compromisso deste Governo de salvaguardar a capacidade nacional de montagem e construção de material circulante ferroviário, com competências ao nível da capacidade tecnológica, produtiva e de manutenção”. -----

Referiu também o Senhor Ministro das Obras Públicas que a “localização estratégica (da fábrica da Bombardier na Amadora) e a necessidade de garantir a capacidade e o desenvolvimento desta actividade industrial do país justificaram a opção de adquirir parte dos terrenos da Bombardier para concentrar na Amadora a manutenção da Unidade de Lisboa (da CP) e a instalação de um Centro de Inovação Ferroviária concentrando funcionalidades específicas nos domínios da electrónica.” -----

Foi também referido pelo Senhor Ministro das Obras Públicas que “o desenvolvimento sustentável da actividade da EMEF não pode ser dissociado de dois aspectos centrais da política do Governo: a proposta no sector ferroviário e a promoção do país no plano tecnológico, enquanto factor-chave para o desenvolvimento sócio-económico” e que “as exigências de inovação são crescentes num mercado competitivo e global, bem como no que diz respeito às questões ambientais.” -----

Salientou ainda o Senhor Ministro das Obras Públicas que “a projectada colaboração de instituições de ensino superior e investigação terá uma forte componente de investigação em tecnologias ligadas aos transportes, contribuindo para a criação de sinergias entre centros de investigação e empresas, designadamente a EMEF, e potenciando as mais-valias criadas pelo projecto RAV e outros projectos ferroviários que iremos desenvolver.” -----

Finalmente, concluiu o Senhor Ministro das Obras Públicas que “a concretização deste Plano Estratégico cabe, em primeiro lugar, aos trabalhadores da empresa”, que “o capital humano tem sido sempre um factor essencial do sucesso das organizações mas assume, hoje, uma importância ainda mais decisiva” e ainda que “o know-how técnico acumulado, a capacidade de trabalho e a disponibilidade para reaprender, incorporando a constante evolução do conhecimento científico e tecnológico, são qualidades reconhecidas deste conjunto de homens e mulheres com quem (teve) a honra de partilhar (aquele) momento tão importante para a empresa.” -----

Tendo em conta que a Assembleia Municipal se deve mobilizar em torno da salvaguarda dos interesses do Entroncamento e da sua população, considera-se que: -----

- 1. A instalação na Amadora, e não no Entroncamento, de um Centro de Inovação Ferroviária nos domínios da electrónica, não tem em conta o “know-how técnico acumulado, a capacidade de trabalho e a disponibilidade para reaprender” dos trabalhadores que, ao longo de anos e anos, contribuíram para fazer do Entroncamento o grande centro de reparação e manutenção de equipamentos electrónicos necessários ao material circulante ferroviário.* -----

-
2. *Mesmo não tendo sido referido pelo Senhor Ministro, não é estrategicamente correcto deslocar do Entroncamento a grande reparação dos equipamentos de freio, sobretudo tendo em conta que, anualmente são aqui reparados cerca de 400 vagões.*
 3. *Não tendo também sido referido pelo Senhor Ministro, pode inferir-se da apresentação do Plano Estratégico, que é intenção do Governo retirar igualmente do Entroncamento a grande reparação de motores de tracção, actividade sempre exercida neste Grupo Oficinal.* -----
 4. *A “projectada colaboração de instituições de ensino superior e investigação, contribuindo para a criação de sinergias entre centros de investigação e empresas”, deveria levar ao regresso do ensino superior (na área de engenharia de transportes) e à criação de centros de investigação no Entroncamento, em vez de deslocar para a área de Lisboa o Centro de Inovação Ferroviária.* -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária, solicita ao Senhor Ministro das Obras Públicas que seja reanalisado o Plano Estratégico da EMEF para o triénio 2006-2008, não retirando do Concelho actividades estratégicas para as quais existe “know-how técnico acumulado, capacidade de trabalho e disponibilidade para reaprender” dos trabalhadores locais que, ao longo de anos e anos, contribuíram para fazer do Entroncamento o grande centro de reparação e manutenção de equipamento ferroviário. Solicita ainda que sejam concretizados os vultuosos investimentos em tempos anunciados pela Senhora Secretária de Estado dos Transportes.» -----

Continuou **Mário Eugénio**: “Esta moção tem a ver fundamentalmente com a nossa visão sobre a comunicação que foi feita aqui no Entroncamento pelo Senhor Ministro das Obras Públicas, quando apresentou o Plano Estratégico para a EMEF para o triénio de dois mil e seis, dois mil e oito. -----

Nós transcrevemos nesta moção uma série de frases que o Senhor Ministro utilizou na altura no seu discurso e temos em anexo exactamente a transcrição integral do seu discurso, que fomos buscar à Internet e que está disponível para quem a queira consultar e, basicamente, o que retirámos da intervenção do Senhor Ministro foi que, a compra da Bombardier foi uma questão estratégica para o Governo e este assumiu essa necessidade e que hoje, (esta é a nossa interpretação) aquele pólo existente na Amadora, é um pólo com potencial que está muito próximo das universidades, que nós temos de estar virados para a inovação tecnológica e, o que nós tiramos daqui, é que, e isso foi claro no discurso do Senhor Ministro e na apresentação do plano estratégico, por exemplo, áreas que sempre foram desenvolvidas aqui no Entroncamento e que foram únicas no sector ferroviário, de manutenção. Por exemplo, a reparação de equipamentos electrónicos, que foi uma área que existiu quase exclusivamente aqui no Entroncamento, é uma área que, hoje, foi claro no discurso e na apresentação do plano estratégico que é uma área que se pretende transferir para a Amadora. Portanto, é uma área que vamos deixar de ter no Entroncamento. Isso para nós é claro. -----

Ficou também claro, da apresentação do plano estratégico, que a reparação de equipamentos de freio, que foi também uma área em que o Entroncamento desenvolveu ao longo destes anos todos, e não nos esqueçamos que temos aqui o Senhor Engenheiro Pato das Neves que é o Director da oficina de vagões, são reparados anualmente cerca de quatrocentos vagões (não sei se este número está correcto), eu presumo que o equipamento de freio, se deixar de ser reparado aqui no Entroncamento, será reparado noutra parte e terá que se deslocar para reparar fora e voltar cá para o Entroncamento; Achamos que também é o retirar daqui uma área de intervenção para a qual temos conhecimentos profundos e francamente não se justifica. -----

Depois, há uma outra área ainda com a qual nós estamos preocupados, porque, embora nós não tenhamos visto isso escrito no plano estratégico nem nas declarações do Senhor Ministro, mas, por omissão e por conversas que tivemos entretanto, pensamos que a

área de reparação de motores eléctricos (para quem não está muito ligado ao meio ferroviário, as nossas locomotivas e automotoras, tudo aquilo que é de tracção, é feito através de motores eléctricos e, portanto, vejam a centenas de motores eléctricos que são reparados aqui ao longo do anos) e, portanto, toda a vida, e julgo que é histórico, a reparação de motores eléctricos sempre foi feita no Entroncamento. É uma área que nós pensamos que, a ir para a frente este plano estratégico, é mais uma área importantíssima de conhecimento e de trabalho que nos parece que sairá aqui do Entroncamento. -----

Por outro lado, achamos que o facto desta área de desenvolvimento tecnológico se concentrar em Lisboa, concretamente na Amadora, é muito bom porque estão em Lisboa instituições de ensino e de desenvolvimento que podem apoiar esta área da EMEF, mas nós entendemos que o contrário é válido. Ou seja, do Entroncamento tem desaparecido a área de formação que nós aqui tínhamos, cursos de *mecatrónica* que podiam servir perfeitamente de apoio ao desenvolvimento e à investigação da empresa e que esta seria uma boa oportunidade de recolocar essa área cá no Entroncamento. Enfim, com esta decisão estratégica de transferir estas áreas para Lisboa, pensamos que, definitivamente, está perdido o ensino superior aqui no Entroncamento, o desenvolvimento tecnológico aqui no Entroncamento e, a EMEF, o complexo oficial aqui no Entroncamento, estará a caminho do definhar. -----

O que nós propomos aqui, é que esta Assembleia manifeste, ou solicite ao Senhor Ministro que o plano estratégico seja reanalisado para que, actividades estratégicas para as quais existe know-how acumulado, capacidade de trabalho e disponibilidade no Entroncamento, não seja transferido daqui e que esta reanálise do plano estratégico permita ou contribua para fazer do Entroncamento o centro de reparação e manutenção de equipamento ferroviário que tem sido até agora.” -----

Solicitou a palavra **Ferreira Marques**: “De facto concordamos com tudo o que está neste documento. -----

Achamos que de facto o Entroncamento tem condições. E numa altura em que se tenta pôr em prática o plano tecnológico, o Entroncamento tem infraestruturas mais que suficientes e modernas para ter um campus que poderíamos considerar quase um campus universitário, que está sub-aproveitadíssimo e que de facto eu estou convencidíssimo que muitos dirigentes nacionais não conhecem esta realidade, porque investem dinheiro em estruturas e edifícios, havendo aqui edifícios que estão super equipados. -----

Portanto, têm equipamentos, têm instalações técnicas, oficinas e que podia, de facto, haver um movimento que levasse a que uma grande parte do plano tecnológico pudesse ser implementado aqui no Entroncamento. Tem as estruturas todas, só falta eventualmente organizar alguns equipamentos e, por conseguinte, nós apoiamos esta moção e, de uma forma informal, propúnhamos que criássemos, um grupo, ou algo que se entendesse, no sentido de aproveitarmos esta ideia do plano tecnológico e integrarmos no nosso parque, que é um parque que é da cidade, que não é só da CP, pois isto iria de facto trazer grandes mais valias para o Entroncamento. Tendo em conta até que o Entroncamento não tem vocação industrial, no sentido clássico, porque, se fizemos um estudo, chegamos à conclusão que, tudo o que era indústrias no Entroncamento foi para a falência. -----

O Entroncamento, para novas tecnologias, tecnologias de ponta, tecnologias que não exigem grande espaço, mas grande *know-how*, tem todas as condições para integrar um plano estratégico de desenvolvimento. -----

Por tudo isso, concordamos e vamos votar a favor.” -----

De seguida, pediu a palavra **Carlos Matias**: “Muito sucintamente, eu só quero acrescentar o seguinte: -----

Estou de acordo com o teor da moção, com os seus fundamentos, mas eu recorro o seguinte: É que no calor dos debates que na altura houve sobre a crise da Bombardier, a Senhora Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, garantiu que o

Entroncamento não seria prejudicado na atribuição de valências (se é que a expressão é apropriada), mas que pelo contrário, iria ser feito um investimento de sete milhões e meio de euros no Entroncamento e nunca mais ouvimos falar desses sete milhões e meio de euros! Pelo contrário, o que se verifica é o esvaziamento da capacidade tecnológica da cidade. -----

Portanto, eu inclusivamente, acrescentaria se fosse possível, solicitar que sejam concretizados os anunciados investimentos de sete milhões e meio de euros, referidos há uns meses atrás, pela Senhora Secretária de Estado e que viriam a reforçar a nossa capacidade tecnológica no Entroncamento.” -----

O Presidente da Assembleia pergunta ao subscritor da moção se aceita esta alteração à moção. -----

Interveio **Mário Eugénio**: “Aceito a alteração só que com uma pequena ressalva. Não tem nada a ver com a proposta em si, pois acho que faz todo o sentido mas, estive a falar aqui com o meu colega de bancada e não temos a certeza exactamente de qual foi o valor final. Confirmando este valor, dos sete milhões e meio, estamos perfeitamente de acordo com a introdução desse ponto na moção. É só preciso confirmar o valor, se são mesmo sete milhões e meio de euros, para não estarmos a dizer nenhum disparate. Só por isso” -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**: “Eu penso que a observação é pertinente porque, dos sete milhões e meio, pelos vistos, a versão final é zero ou abaixo de zero! E se calhar é difícil localizar a versão inicial. Portanto, eu reformularia a proposta de que no texto ficasse, solicitar que, pelo contrário, sejam concretizados os vultuosos investimentos em tempos anunciados pela Senhor Secretária de Estado dos Transportes.” -----

Mário Eugénio referiu estar completamente de acordo com a sugestão agora colocada. -----

Pediu a palavra **Rosa Pedro**: “quanto à alteração do texto, em princípio não tenho nada a opor. Apenas queria acrescentar que isto é uma daquelas situações ao culminar de um processo que já se arrasta há muitos anos. E como nós no país, desgraçadamente, normalmente não temos desígnios nacionais, temos programas de governo e muitas vezes programas de ministro, isto é uma situação para tentar resolver um problema que já se arrastou há muitos anos, que foi passando há uns anos a esta parte, que não se quis resolver e, neste momento, reactivar a Bombardier, com quem e como, não sei. De qualquer forma, isto será pôr em causa um modelo de organização que vinha desde sempre na parte industrial, de especializar os centros oficinais. E era uma lógica que fazia todo o sentido.

Neste momento, até em termos de logística, isto vai criar uma logística infernal. À partida é de duvidar que isto, do ponto de vista para a organização, traga algo de acrescentado. Por outro lado, eu quero reafirmar aquilo que disse o colega Mário Eugénio, de que no caso da electrónica, o Entroncamento foi o primeiro. A primeira secção de electrónica criada foi no Entroncamento. Foi onde se formaram os primeiros técnicos, ou seja, o primeiro trabalho foi aqui, o que não impede que eventualmente se possam variar os centros de excelência. Eu não tenho nada contra os centros de excelência e acho que devem ser criados, mas, não esqueçamos que, efectivamente, até pela vocação do Entroncamento para a reparação, quer na parte do material rebocado, quer na parte do material motor, essencialmente eléctrico, enfim, não faz qualquer sentido, ou pelo menos eu não vejo argumentos válidos para que se possa tomar uma medida destas de retirar daqui parte da reparação dos equipamentos eléctricos e electrónicos, bem como até a questão de motores de tracção, equipamentos de freio e tudo isso. -----

Eu duvido que tudo isto traga algum valor acrescentado em termos de organização, que traga efectivamente ganhos de produtividade, quando é algo de que tanto se fala. De modo que eu penso que esta moção, eventualmente com alguns arranjos que se entendam, que seria de aprovar, pois, o Entroncamento, ultimamente tem vindo a ser prejudicado com diversas medidas já conhecidas.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a moção, na qual será incluído um último ponto aqui proposto, à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO: -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi **aprovada por unanimidade com vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

De seguida, foi dada a palavra a **Maria Isilda** que apresentou a seguinte proposta de deliberação: -----

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: -----

«A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação é uma realidade que todos reconhecemos e que se revela, todos os dias, um meio de facilitação de trabalho e de melhor e muito mais rápida comunicação. -----

A nível nacional, como na Europa e no Mundo, o uso de ferramentas electrónicas tem sido incentivado, também como forma de otimizar recursos e de melhorar a qualidade da informação. -----

O Choque Tecnológico é uma aposta do Governo da Nação que se reconhece como uma iniciativa positiva e que deve servir de exemplo para diversos serviços. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento tem mostrado uma boa receptividade às Novas Tecnologias o que é mostra da actualização / evolução que os seus autarcas têm procurado. -----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida no dia 27 de Abril de 2006, delibere: -----

- Que os documentos para as Sessões passem a ser fornecidos em suporte digital ou remetidos por Correio Electrónico, salvaguardando pedidos expressos individuais em contrário, ficando à disposição dos eleitos um exemplar impresso, para consulta, no gabinete de apoio a esta Assembleia.» -----

Continuou **Maria Isilda**: “Este documento é apenas e só o formalizar de uma sugestão que foi feita na última reunião desta Assembleia, em que se propõe que nós deliberemos, porque tem de haver uma deliberação formal para que todos os documentos passem a ser fornecidos em suporte electrónico, eventualmente através de correio electrónico para as pessoas que assim pretendam. -----

Portanto, aquilo que é sugerido é que seja disponibilizado um exemplar impresso desses mesmos documentos nos serviços da Assembleia Municipal, para que qualquer dos membros destas Assembleia, que pretenda, os possa consultar. -----

Portanto, é uma proposta que vai ao encontro daquilo que foi já mais ou menos acordado na reunião anterior.” -----

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “O que nós sugeríamos é que fosse um exemplar impresso para cada bancada. Sugeríamos ainda que as actas da Câmara e da Assembleia fossem também colocadas no site com um tempo curto logo após a aprovação, para que os cidadãos possam consultar.” -----

Interveio de seguida **Mário Eugénio**; “Nós queríamos apoiar esta propostas, mas queríamos também, tal como fez o Partido Socialista, uma ligeira proposta de alteração, que tem a ver com o seguinte: -----

No caso da sessão de hoje, e eu sou francamente apologista desta distribuição electrónica da documentação, é muito mais fácil para nós andarmos com um CD no bolso do que andarmos carregados com aquela centena de papeis, mas tivemos foi uma experiência má, que eu não sei se pode ser corrigida na próxima documentação que nos for enviada, pois as folhas estavam todas baralhadas e foi difícil consultar o CD que nos enviaram. Foi muito difícil a consulta, tivemos de andar para trás e para a frente à procura das folhas. -----

Portanto, se os documentos forem entregues bem paginados, de forma a seguir-se sequencialmente tudo aquilo, óptimo. Caso contrário deve haver uma melhoria nesse sentido.

Relativamente à proposta do Partido Socialista, de um exemplar por força política, nós também queríamos apoiar, pelo menos nesta fase inicial, porque, por exemplo no caso concreto desta sessão de hoje, nós dois, para a prepararmos, tivemos imensa dificuldade. Não tínhamos um exemplar por força política, a documentação em forma electrónica também estava muito difícil de consultar e, portanto, perdemos imenso tempo desta vez. -----

É claro que eu acredito que vai haver melhorias e portanto isto será ultrapassado, mas, pelo menos nesta fase inicial, propúnhamos que, por bancada, fosse distribuído um exemplar em papel. Depois, conforme as coisas forem correndo, podemos prescindir delas, pois não temos necessidade nenhuma de andar com papeis atrás e devemos preservar a floresta.” -----

De seguida, interveio **Carlos Matias**: “Genericamente estamos de acordo com a proposta e creio que da parte da nossa bancada aderiremos a esta forma de difusão da documentação. De qualquer das formas eu penso que seria prudente salvaguardar casos individuais. -----

Eu não conheço a realidade de todas as pessoas, não sei qual é o à-vontade com que as pessoas todas trabalham e, portanto, sugeria que em regra, os documentos passassem a ser fornecidos em suporte digital, ou remetidos por correio electrónico, salvaguardando pedidos expressos individuais em contrário. Se alguém porventura entender que ela não é a melhor forma, penso que não devemos excluir a pessoa pelo facto de pretender recebe-la de outra forma. -----

Penso que a nossa bancada aderirá, mas enfim, gostaria de salvaguardar o caso de pessoas que eventualmente existam que tenham dificuldades e que expressamente dirijam um pedido e, ser-lhe-á fornecida em papel. -----

Portanto, é esse o entendimento e eu peço à Doutora Isilda que diga se aceita esta sugestão.” -----

Interveio **Maria Isilda**: “Eu acho que é possível enquadrarmos estas sugestões. Parece-me que qualquer um de nós depois no limite, consegue imprimir os documentos em casa e às vezes de forma mais simples, que é aquilo que muitos de nós fazemos, que em vez de duas folhas, fazemos uma página com duas, coisa que se calhar é mais complicado estarmos a pedir à pessoa dos serviços para estar a fazer, etc. -----

Portanto, a sugestão vai no sentido de que seja deixado o tal parágrafo que salvaguarda a possibilidade de, em casos de pedidos expressos, se fazer então a impressão dum documento, preferencialmente num formato compacto, por exemplo, que facilita à pessoa a leitura, em papel, mas de modo a tornar os processos um bocadinho mais leves até ao nível do funcionamento.” -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Creio que todos entenderam e, efectivamente, se for aprovada esta proposta, vamos fazer uma economia muito grande. Não podemos esquecer que durante as apresentações dos relatórios de contas, se fazem dezenas de milhares de fotocópias. Isto dá cabo das máquinas, exige muita perda de tempo e não temos informação em cima da hora.” -----

Atendendo a que mais ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de deliberação em discussão à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: -----

A proposta de deliberação apresentada pelo Partido Social Democrata foi **aprovada por unanimidade** com **vinte e três votos**, sendo, dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “Querida ler dois documentos, que são pedidos de esclarecimento, que dizem o seguinte: -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«O PS desde sempre apoiou todas as geminações com Penafiel, Villiers sur Marne e Mosteiros. -----

A bancada do PS gostaria, no entanto, de ser esclarecida, por escrito e no prazo de 20 dias, do seguinte: -----

A que título foram convidados os Srs. Eng. Valente de Almeida e Dr. Carlos Silva para integrarem a comitiva que se deslocará brevemente a Villiers sur Marne? Se a sua deslocação, a ser verdade que foi feito esse convite, for suportada pelos próprios ou pelo bolso do Sr. Jaime Ramos, obviamente que a situação está justificada. Caso os custos da deslocação forem suportados pelo erário público exigimos uma justificação **muito detalhada** pois recusamo-nos a acreditar seja uma retribuição pelos bons serviços prestados por esses dois ex-autarcas ao Sr. Jaime Ramos, no passado recente.» -----

Continuou **Pato das Neves**: “Nós remetemos isto por escrito, iremos entregar à Mesa e esperamos que no prazo de vinte dias nos seja entregue a justificação. Temos ainda outro pequeno documento que vou ler: -----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: -----

«A bancada do PS pediu à C.M.E., por escrito, os seguintes esclarecimentos que lhe deveriam ser fornecidos no prazo de 20 dias: -----

- *Revisão do PDM, contínuo desrespeito número de lugares de estacionamento dos empreendimentos urbanísticos (só no actual mandato foram algumas dezenas) e a capacidade do executivo em desrespeitar de forma contínua um Decreto Lei. Igualmente se solicitava informação sobre o desrespeito do nivelamento da cêrceas e da legitimidade da construção de duplex “à la Entroncamento/sotex`s”. A resposta, seca, foi enviada 38 dias depois e apenas respondia à revisão do PDM ficando o resto para uma altura mais oportuna. A bancada do PS exige a resposta cabal no prazo de 20 dias. -----*
- *Pedido de esclarecimento sobre o concurso de auxiliares de acção educativa cuja resposta demorou 43 dias. -----*
- *O pedido de esclarecimento do custo do lancil, em quina viva, da ciclovia foi respondido 43 dias depois. Ficamos no entanto a saber que o custo do metro linear de lancil da ciclovia custou a exorbitante quantia de 26,16€. Não temos dinheiro mas temos lancis luxuosos. -----*
- *Abastecimento de água à Quinta das Vendas resposta dada em 43 dias depois. Constatamos que a informação afirmava que a empresa proprietária da Quinta das Vendas tinha suportado no valor correspondente aos trabalhos. Como a bancada do PS ficou com dúvidas, dado já anteriormente ter consultado o processo, solicitava ao Sr. Presidente da AM que nos prazos definidos pela LADA nos seja facultado o processo bem como fotocópias das facturas emitidas e dos respectivos recibos. A Bancada do PS tem presentes as actas das reuniões da AM de 30/06/05 e 19/09/05 e do que aí foi dito pelo Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente. -----*

Assim a bancada do PS solicita: -----

- *Que os serviços da AM encaminhem, sem demora, os pedidos formulados pela AM;*
- *Que a CME tenha o mínimo de respeito pela AM, (órgão máximo da autarquia) e responda cabalmente e nos prazos indicados a tudo o que é perguntado e não apenas ao que lhe convém responder.» -----*

Fez uso da palavra o **Presidente da Assembleia**: “Eu estou um bocado baralhado e confuso e gostava de saber em que texto legal foi buscar esses prazos de vinte dias, de dez dias. Isto tem de facto que ter um suporte legal para estar a apontar um prazo de vinte dias. –

Se Vossa Excelência tivesse de dar a resposta no prazo e tivesse que fazer determinados trabalhos, e tivesse de suspender esses trabalhos, eu pergunto qual era a ordem

de prioridade? Passava primeiro a determinados trabalhos que teria de apresentar em prazo, ou suspenderia esses trabalhos para dar resposta nos vinte dias a estas questões?” -----

Respondeu **Pato das Neves**: “Eu até estou a ser tolerante, a bancada do Partido Socialista até está a ser tolerante, porque a Lei de acesso aos documentos da Administração impõe resposta no prazo de dez dias! Eu já estou a dar vinte dias, mas, como disse na última reunião, podem ser trinta dias. Eu não me importo, mas tem de vir uma respostazinha! -----

Isto de nós fazermos uma pergunta e ninguém nos responder, ou pelo menos responder àquilo que convém, não aceitamos! -----

Portanto, a LADA prevê dez dias úteis para entrega de todos os esclarecimentos e documentos inerentes. Nós estamos a dar vinte dias, mas até não nos importamos que sejam trinta dias! Quando eu digo vinte, é apenas uma referência.” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “O Senhor Engenheiro Pato das Neves, faz referência a uma legislação? A LADA traduz como? Que pode nalgumas situações ir de encontro, ou contradizer, por exemplo, a Lei cinco-A que nos rege! Eventualmente não, mas depois há aqui uma questão de o que é que vale mais? Mas, se calhar, a minha questão não é essa. O Senhor Engenheiro teve o cuidado de dar conta de algumas das informações que não teve, de algumas informações que teve e não explicou. Penso que havia um processo que tinha a ver com auxiliares de acção educativa, um concurso que supostamente existiu. Qual foi a resposta a esse concurso se for possível? É que eu não sei.” -----

Devido a deficiências na gravação, não foi possível registar a resposta do Deputado Ferreira Marques à questão colocada pela Deputada Maria Isilda. -----

Voltou a pedir a palavra **Maria Isilda**: “Queria que constasse que não me foi dada uma resposta absolutamente cabal, mas na altura foram aqui proferidas afirmações de alguma gravidade, quase que foi chamado mentiroso ao Presidente da Câmara. -----

Fomos acusados de estar a abrir lugares e não houve concurso de auxiliares de acção educativa,” -----

Passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Atendendo a que no público ninguém quis intervir, o **Presidente da Assembleia** passou ao ponto um da Ordem dos Trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“TOMADA DE POSSE – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA”

Após a leitura da **acta avulsa** e de todos os trâmites legais da tomada de posse, o **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Foi feito um pequeno intervalo de cinco minutos. -----

Após o intervalo, entrou-se de imediato no ponto dois da Ordem dos Trabalhos. ----

PONTO NÚMERO DOIS

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTACÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2005 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO”

Pediu a palavra **Ferreira Marques**: “A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal ao analisar os documentos que lhe foram presentes, não pode deixar de fazer os seguintes comentários: -----

As dívidas a curto prazo da Câmara Municipal do Entroncamento situavam-se, em dois mil e cinco, em cerca de doze milhões de euros, sendo que cinco milhões eram dívidas a curto prazo. O Partido Socialista, além de achar esta última situação perfeitamente escandalosa, porque muitas das firmas credoras da Câmara Municipal do Entroncamento têm os seus compromissos assumidos para com os seus trabalhadores e para com os seus fornecedores. -----

As dívidas a médio e longo prazo caracterizam que a gestão do Senhor Jaime Ramos – Partido Social Democrata – contraiu empréstimos no valor de cerca de seis milhões de euros. -----

Após quatro anos de gestão do Partido Social Democrata, a capacidade de endividamento da Câmara, para o ano dois mil e seis, está reduzida a uns ridículos quinhentos e vinte e oito mil euros. -----

Sendo que a dívida no presente exercício já se situa em cinco milhões de euros, quando chegarmos ao fim deste ano, onde estaremos? -----

O Partido Socialista recorda o alarido feito pelo Senhor Presidente Jaime Ramos, quando herdou a Câmara Municipal do Entroncamento com uma dívida homóloga de seiscentos e cinquenta mil contos, ou seja, três milhões de euros. Assim foi prometido, aquando da contracção de um empréstimo para debelar a pesada herança legada pelo Partido Socialista, que os erros do passado se não repetiriam e o que se constata é que a situação se agravou substancialmente, apesar de no mandato anterior as obras realizadas se terem resumido fundamentalmente, com excepção do parque subterrâneo, a terminar as obras que herdou em já adiantado estado de execução. O resto foi fogo de artifício em véspera de eleições. -----

A dívida à ADSE tem vindo a engordar até ao espantoso valor actual de duzentos mil euros. Estará a Câmara e o Senhor Presidente Jaime Ramos consciente da dimensão desta dívida e das responsabilidades que recaem sobre a Câmara Municipal e da imponderabilidade da segurança social dos trabalhadores da Câmara, decorrentes da monstruosa dimensão dos débitos à ADSE? -----

O Partido Socialista deixa, aqui e agora, o seu alerta caso exista alguma distração.

No que concerne às comunicações, a bancada do Partido Socialista constata que as despesas foram em dois mil e cinco superior a dez mil euros por mês, o que se nos afigura claramente de um exagero. Haja contenção, meus Senhores, não queiram gastar o que não têm! E o que têm é do Povo. -----

Recordamos por último, e nem por isso será menos importante, que no manifesto eleitoral do Partido Social Democrata – Entroncamento – às autárquicas dois mil e um, no ponto cinco do capítulo «Reestruturação Interna» se pode ler: -----

Credibilizar a imagem da Câmara Municipal do Entroncamento, através de um saneamento financeiro e de uma rigorosa orçamentação das actividades. -----

E esta digo eu: «bem prega frei Tomás...» -----

Não só os desastrosos resultados estão à vista, como o Senhor Jaime Ramos se não pode desculpar com terceiros. A culpa da situação financeira em que a Câmara Municipal do Entroncamento se encontra é da inteira responsabilidade do Partido Social Democrata. -----

A única consolação que por enquanto nos resta, é saber que, por enquanto, o activo é superior ao passivo, isto é, a Câmara Municipal do Entroncamento entrou numa derrapagem extremamente perigosa, aproximando-se perigosamente do abismo, o que é o mesmo que dizer que por este andar, estará inolvidavelmente prestes a entrar na antecâmara da falência técnica. -----

Conscientes da dimensão deste monstruoso cenário, o Partido Socialista dando provas do seu sentido de responsabilidade perante aqueles que os elegeram, vão mais uma vez conceder o benefício da dúvida ao Senhor Presidente Jaime Ramos e à sua equipa monocolor de tom laranja. Embora saibamos que a derrapagem vai num sentido perigoso, concedemos a oportunidade de travarem a fundo e deixarem de continuar a darem saltos em frente no escuro e que peçam às divindades que os iluminem. O povo merece e tem direito que aqueles em quem delegam para tratar da coisa pública zelem denodadamente pelos seus interesses. -----

Não concederemos a possibilidade de usarem o álibi de nos acusarem de não querermos ser generosos para com a Câmara. -----

Nesse sentido abster-nos-emos. -----

Mas não nos venham, no futuro, alegar que não alertámos para as potenciais implicações que têm as dívidas à ADSE e aos fornecedores. -----

Nota final, de dois mil e quatro para dois mil e cinco, houve um acréscimo de despesas com o pessoal de nove por cento. -----

No primeiro trimestre de dois mil e seis, já se verifica de dezasseis por cento, relativamente a período homólogo do ano passado. -----

Ora, se os aumentos de salários não têm ultrapassado os dois por cento e as progressões nas carreiras estado congeladas, como se justifica este brutal aumento nas despesas com pessoal? Como se justifica?” -----

De seguida, pediu a palavra **António Ferreira**: “A história da actual dívida, não é só de agora, também é dos mandatos anteriores e há responsabilidades também do passado, de outras forças políticas. Penso que não se deve sacudir a «água do capote». De facto, devem ser reanalisadas as coisas com os «pés bem assentes no chão» e não de desresponsabilizar, porque neste país, de facto, a todos os níveis, há uma tendência para a desresponsabilização das pessoas. Vem um governo hoje, fez determinadas coisas boas e outras más, mas as más sacode-as sempre! Sempre com a afirmação de que o outro é que fez coisas negativas e isto é uma bola de neve, é um processo contínuo. -----

Na Câmara do Entroncamento também existe uma história em termos da gestão e ela deve ser assumida pelas forças que tiveram responsabilidades nesta Câmara. -----

Eu queria começar por várias sugestões: -----

Em termos dos documentos apresentados, fazia sentido, no próximo ano, que seja apresentado um quadro à verificação do limite legal dos encargos com pessoal do Quadro e a sua evolução nos últimos cinco anos. Que seja também apresentado um quadro com a verificação do limite legal dos encargos com pessoal em qualquer outra situação e a sua evolução nos últimos cinco anos. -----

Por outro lado, da experiência que eu tive na verificação e leitura do documento, era conveniente que o documento fosse agrupado o mais possível em um ou dois documentos, para que a procura em termos electrónicos fosse facilitada. Este documento estava repartido por vários ficheiros e tornava-se um bocado difícil a pesquisa em termos informáticos. -----

Outra questão, que já aqui foi referida e acho que o Partido Social Democrata se adiantou muito bem, é que de facto, torna-se mais económico para a Câmara distribuir o documento em suporte informático, mas, nem todas as pessoas dominam ainda os suportes informáticos e a informática e era conveniente que para cada força partidária fosse um exemplar em suporte de papel. Isto foi as impressões com que ficámos da leitura do documento. -----

Em relação às Contas de Gerência, de facto, as políticas seguidas pelos últimos governos têm levado à “asfixia” da capacidade financeira das autarquias e ao reforço do controlo orçamental por parte do Governo. O percurso das finanças locais nas duas últimas décadas é marcado pelo permanente conflito entre os textos da Lei e a prática da sua aplicação. No entanto, esta constatação – das dificuldades que são impostas pelo Poder Central – não nos deve inibir de apontar e desculpabilizar a ineficiência da gestão em termos das nossas autarquias. -----

Assim, apesar de ter sido afirmado, aquando da aprovação do orçamento, que era intenção da Maioria conter a despesa corrente e controlar a dívida a fornecedores, tal não aconteceu e tal não se verifica. As modificações orçamentais, no decurso do ano, tornaram-se inevitáveis face à derrapagem da despesa corrente. Quero aqui salientar, face a um discurso que eu já ouvi anteriormente, que deste orçamento não foi só votado, que estas contas da gerência não são só responsabilidade do Partido Social Democrata, que havia mais forças e

que o Partido Social Democrata não estava em maioria absoluta na Câmara e portanto houve outras forças políticas que aprovaram estas alterações. -----

O aumento da rubrica com “despesa corrente” elevou-se novamente em sete por cento este ano. Já tinha sido bastante o ano passado e houve mais um aumento de sete por cento, que é muito superior à inflação. A diminuição da “despesa de capital” foi drástica, foi nove por cento em relação ao ano anterior, que tinha sido muito bom. E o avolumar da dívida a fornecedores, ou seja, a dívida de curto prazo, relativamente ao ano anterior, não parou de aumentar. Isto indica-nos que se deteriorou a capacidade da poupança corrente. Ou seja, a relação entre as receitas correntes e as despesas correntes deterioraram-se. A capacidade de gerar receitas próprias para o investimento e pagar as dívidas, neste momento, é reduzida. E eu chamo a atenção para uma coisa, não no mandato anterior, mas no mandato que precedeu, já foi ainda mais reduzida. Portanto, não é nada de novo. -----

A rubrica “outras despesas correntes” foi a principal responsável pelo aumento da despesa corrente. A rubrica “despesas com pessoal”, apesar do aumento do número de trabalhadores ao serviço, ficou abaixo da dotação inicial (e ficou também abaixo do aumento da inflação). Em contrapartida, ficou prejudicada a despesa com a aquisição de bens de capital. E isto tem a ver com mais uma medida que foi aprovada, no final do mandato anterior, que teve a ver com o redireccionamento das verbas da derrama, que estavam previstas para investimento e passaram a ser utilizadas em despesas correntes. E não foi só com os votos do Partido Social Democrata. -----

A dívida não pára de aumentar, como já foi referido aqui e eu concordo perfeitamente com os valores que foram aqui apontados; mais um milhão e oitocentos mil em relação a dois mil e quatro, ou seja, um aumento de cerca de catorze por cento; perto de quinhentos mil euros em relação a dois mil e três, um aumento de trinta e cinco por cento. Não é preocupante a questão da dívida em si, dívida dos números que foram aqui apresentados, dos doze milhões de euros para onde subiu a dívida. Não é exactamente isso que é preocupante. -----

Observa-se a limitação do crescimento dos empréstimos a médio e a longo prazo, por força da imposição do Governo. Todas as Câmaras neste momento estão limitadas em termos de recorrer ao empréstimo. É natural que algumas Câmaras, dessa forma, recorram a outras alternativas e a Câmara do Entroncamento está a recorrer a uma alternativa que é óbvia, como já não pode recorrer aos empréstimos de médio e longo prazo, passou a ter mais dívidas em termos de despesa corrente. O que de facto, e eu concordo com aquilo que foi dito aqui, vem prejudicar por um lado os fornecedores e, por outro lado, prejudica também a Câmara, pois esta fica com menos poder de negociação com os fornecedores. Foi por isso que no passado fizemos um saneamento financeiro para corrigir essa situação. -----

O *factoring* e a locação financeira têm sido utilizadas com frequência neste momento e os montantes aumentam grandemente. Neste momento já ultrapassam um milhão de euros, quando em dois mil e três eram duzentos e sessenta e oito mil. -----

Por outro lado, a demonstração da capacidade de endividamento diz-nos: terminado o período de carência dos últimos empréstimos, o valor dos encargos com dívida de médio e longo prazo, esgota a capacidade de endividamento. Caso o Governo não altere o actual limite ao endividamento, a Câmara Municipal do Entroncamento deixa de ter margem de manobra para candidatar-se aos fundos no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio. -----

O cenário das finanças autárquicas suscita-nos enormes preocupações, pois não pode ser resolvida com a venda de património (como foi no passado), saneamento financeiro ou quaisquer outras medidas avulsas de engenharia financeira. A dificuldade nas contas da autarquia resulta de opções estratégicas acumuladas e de falta de empenho na resolução de problemas estruturais. -----

A Câmara deve tomar medidas urgentes que permitam conter a despesa com as rubricas “aquisição de bens e serviços” e “outras despesas correntes”. -----

Do exposto e por não concordarmos com a política de execução orçamental seguida, votamos contra a prestação de contas do exercício de dois mil e cinco.” -----

Foi dada a palavra a **Luís Grácio**: “Já muitas questões aqui foram levantadas por outras bancadas relativamente à questão das contas. Nós, em dois mil e quatro votámos contra o orçamento apresentado, por razões que, ao longo do tempo vieram, do nosso ponto de vista, a mostrar-se correctas. -----

A análise que importa fazer às contas de dois mil e cinco da Câmara Municipal do Entroncamento é fundamentalmente do ponto de vista da gestão da coisa pública. Que opções são tomadas; Como é que é gasto o dinheiro colocado ao dispor dos autarcas; Que condições de continuidade estamos a preparar para as gerações futuras; Ou se, pelo contrário, estamos a hipotecar a sua liberdade de tomar decisões futuras e isso prende-se com a sua capacidade ou incapacidade de investir, tendo em conta que estamos progressivamente a diminuir a capacidade de endividamento da autarquia e portanto a limitar estratégias que venham a considerar mais adequadas para a cidade. -----

Por outro lado, devemos também reflectir sobre alguns dados das contas, nomeadamente: -----

A dívida aumentou em cerca de cinquenta por cento e já se situa em cerca de doze vírgula cinco milhões de euros. De dois mil e quatro para dois mil e cinco foram dois anos pré-eleitorais, na nossa perspectiva foi um autêntico *regabofe* de corrida à obra de encher o olho para leitor ver. -----

A dívida de curto prazo já vai em cerca de cinco vírgula cinco milhões de euros. É preocupante. -----

A dívida a terceiros – fornecedores – é de cerca de um vírgula seis milhões de euros. Deveras preocupante, pelas razões que já aqui foram referidas por outros. E não foi por acaso que a dívida aumentou de dois mil e quatro para dois mil e cinco, em cerca de um vírgula oito milhões de euros. -----

Estes factos foram previstos pelo Bloco de Esquerda quando da discussão do orçamento autárquico em dois mil e quatro. Não são portanto, para nós, nada que não tivéssemos alertado em devido tempo. O que fica evidenciado, do nosso ponto de vista, é gestão errónea que a maioria do Partido Social Democrata vem imprimindo na autarquia. ----

A capacidade de endividamento em dois mil e seis é diminuta e com tendência para diminuir no decorrer do próprio ano, nomeadamente por via da previsível diminuição do investimento em dois mil e seis. Assim a folga que o contínuo endividamento vem permitindo está prestes a desaparecer. -----

Entretanto, urge regularizar a dívida acumulada afim de evitar a provável estagnação, ou pelo menos, significativo abrandamento do investimento. -----

Por tudo isto que fica exposto e à semelhança do nosso voto na Câmara, não votaremos favoravelmente este documento.” -----

Interveio **Maria Isilda**: “Depois de ouvir as diversas intervenções e não me cabe a mim responder em nome da Câmara Municipal, mas cabe-me sim, em nome da bancada, dizer algumas coisas sobre os documentos que vamos votar. -----

Obviamente que a Câmara que nos governa hoje e à qual nós temos obrigação de fiscalizar, fez trabalho, acabou o tal trabalho que herdou para o qual não tinha recursos, teve de procurar os recursos facilitados pelos fundos comunitários por um lado e teve de encontrar recursos para aproveitar esses fundos comunitários a cinquenta por cento. Já não eram nem a setenta e cinco, nem a noventa, nem a esses valores que no passado teriam sido se tivessem sido aproveitados. -----

Conseguiu, inclusive, que as verbas atribuídas e distribuídas no âmbito da Comunidade Urbana do Médio Tejo e que, por alguma inércia do passado não tinham sido aproveitadas, fossem repostas ao município do Entroncamento. Obviamente que implicaram também a respectiva participação financeira da parte do município. Mas, gostemos ou

não, a Câmara que hoje temos e que no mandato anterior não tinha exactamente esta composição mas que esta Câmara assume a continuidade do trabalho que vinha do mandato anterior, conseguiu fazer coisas, conseguiu concluir coisas e sabia que ia ser acusada, como está a ser acusada hoje, de ter gasto, de ter conseguido fazer. Sabia, como sabe, que até ia ser acusada de estar a gastar demasiado dinheiro com pessoal, quando está, ao que sei, a assumir encargos que eram, por exemplo, do Governo Central, junto das escolas, para que as crianças deste concelho tenham o acompanhamento que deveriam ter por parte do Ministério da Educação e que não estão a ter. -----

Sobre essa matéria penso que depois alguém do executivo poderá dar melhores explicações. -----

Mas, acima de tudo, a Câmara que nós temos não gastou todo este dinheiro. Não gastámos nós, membros da Assembleia, nem sufragámos o gasto de todo este dinheiro. Nós herdámos uma situação que assumimos. Fez-se um saneamento financeiro de uma parte da dívida. Agora eu e a bancada, não gostávamos que fosse atribuído a este executivo o ónus de todos os encargos do município quando, eles resultam de um acumular de gestão, de um acumular de não realizações, que, para serem minimizadas, implicaram um esforço maior nos últimos anos. -----

Não estou a dizer nada que seja novo. Não vou pedir iluminação de nenhum Deus. Gostava que quem pede iluminação para nós, também a tivesse conseguido pedir para outros.

Obviamente que, todos nós sabemos que fizemos alterações e modificações orçamentais. Fizemo-las na consciência de que, havia continuação de investimento numa parte dessas modificações e outra parte, por ajustes que foi possível fazer, foram redireccionadas as verbas disponíveis. -----

São algumas estratégias de gestão que não são novas, que não são únicas da Câmara Municipal do Entroncamento e, meus Senhores, a Câmara Municipal do Entroncamento ainda consegue ter alguma capacidade de endividamento! Agora olhem para as Câmaras à nossa volta. -----

Eu sei que é fácil acusar a nossa autarquia. Eu sei que é fácil e todos nós sabemos dizer coisas sobre a nossa terra, mas de facto (é muito recente uma publicação num jornal, que depois foi passado na Comunicação Social para outros órgãos de Comunicação, em que, a nível nacional são apontados diversos municípios, não vou referir um nem dois, acho que não vale a pena), o Entroncamento é dos municípios que não consta da dita lista de municípios que ultrapassaram a sua capacidade de endividamento e, obviamente, com algum esforço, porque seria mais fácil, podemos dizer que pagámos mais coisas e depois, a acusação seguinte seria: ultrapassaram a capacidade de endividamento! Portanto, haveria sempre uma outra razão para falar. -----

O momento económico é difícil, se é difícil para os outros, também é difícil no nosso concelho, também é difícil para o Entroncamento. Não é por acaso que falamos em contenção aos diversos níveis e, se calhar, estamos numa fase de contenção também no Entroncamento. -----

Portanto, não vou fazer mais considerações. Vou apenas pedir aos membros desta Assembleia que tenham em atenção que, de facto, este ano em que estamos, vai ser um ano mais difícil, porque a economia nos mostra isso, do que os anos anteriores e que tenhamos isso presente na nossa prática diária.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Voltando à questão da capacidade de endividamento, de facto, a Câmara do Entroncamento ainda tem capacidade de endividamento, mas só até ao momento em que os empréstimos que neste momento estão em *stand-by*, estão numa fase de período de carência, mas a partir do momento em que comecem a pagar o serviço da dívida, deixa de haver essa margem. E só depende do próprio Governo libertar os municípios do actual limite de endividamento. -----

Eu concordo com o que foi dito aqui. De facto há muitos municípios que estão piores que o nosso, há outros que estão melhores que o nosso. Eu conheço dois municípios aqui perto de nós em que um deles está com uma capacidade de endividamento utilizada em vinte e seis por cento e o outro ronda os cerca de sessenta por cento. São pequenos municípios, também podem dizer que um deles, que está aqui mesmo ao nosso lado, tem as ruas por asfaltar e tem outros problemas, que não gastou mas a população também não beneficiou com isso. -----

Agora, é preocupante para o município do Entroncamento a questão da capacidade de endividamento em termos de futuro, se o Governo não alterar os actuais limites, porque a partir de dois mil e sete, fica sem essa capacidade de endividamento.” -----

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “A bancada do Partido Socialista apelava para que de facto não viesse aqui à coação, porque senão temos que ser desagradáveis, a questão relativamente a comparações com os municípios vizinhos. -----

Nós estamos confinados com três municípios, que é a Golegã, Vila Nova da Barquinha e Torres Novas. Eu até admito que tenham um grau de endividamento e até estejam nessa célebre lista que eu não vi, mas que sei que existe. Agora o que sei é que todos eles fizeram uma obra muito superior àquela que foi executada no Entroncamento! Todos, muito superior! Não se queira comparar o que se fez em Torres Novas, porque não vamos por aí! -----

Além disso, volto a repetir o que é que o Partido Social Democrata dizia? Dizia: Credibilizar a imagem da Câmara, através do saneamento financeiro e de uma rigorosa orçamentação das actividades. Isto está aqui numa página do manifesto eleitoral de dois mil e um do Partido Social Democrata. Não é nenhuma invenção, é uma página! E o que nós verificamos é um descalabro total!” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “Como poderá verificar, eu não falei em município nenhum em particular, não quero fazer qualquer tipo de consideração acerca dos métodos, estratégias e formas de gestão dos municípios que referiu, ou de outros quaisquer nas proximidades. Não me cabe fazer-lo. Posso ter opinião. -----

Relativamente ao credibilizar, também se credibiliza fazendo alguma coisa pela terra. E quando há necessidade de fazer, se calhar somos dos poucos municípios que conseguem dizer que têm a rede de esgotos, a rede de saneamento, praticamente em todo o concelho. -----

Senhor Engenheiro, desculpe que lhe diga isto, mas é assim, o Entroncamento tem ao nível do saneamento condições e o que faltava tem vindo a ser feito, que, poucos concelhos deste país, se podem arrogar de ter feito. -----

Portanto, há algum trabalho que tem de ser feito e que tem de ser reconhecido. Há encargos que têm de ser assumidos. E, é mais fácil enfiar a cabeça na areia e dizer que não se pode fazer! Podemos fazer-lo! É preferível, se calhar para alguns, fazer-lo! Agora não nos parece, nem me parece pessoalmente, que seja essa a boa opção para a população do Entroncamento.” -----

Voltou a pedir a palavra **Pato das Neves**: “O Entroncamento tem catorze quilómetros quadrados! Não queira comparar com a Chamusca!” -----

Pediu a palavra **Maria Isilda**: “O Entroncamento tem o que tem. O Entroncamento tem as limitações que tem e pelas limitações que tem outro tipo de condições também. -----

Não fiz comparação com nenhum concelho e foi isso que eu disse. Não fiz e não faço. Nem com a Chamusca, nem com nenhum outro concelho. Foi o Senhor que a fez.” -----

Solicitou a palavra **António Ferreira**: “Foi um mau exemplo o que a nossa colega deu aqui em relação à questão do saneamento, porque de facto, estamos quase no ponto em que estávamos passado um mandato. Temos várias zonas do Entroncamento que continuam sem esgotos, sem saneamento. Portanto, eu não vou apontar aqui nomes, pois todos nós sabemos quais são.” -----

O Presidente da Assembleia colocou o ponto em discussão à votação. -----
VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS: -----

O Ponto número dois da Ordem dos Trabalhos foi **aprovado por maioria** com **doze votos a favor**, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes de Juntas de Freguesia; cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e, seis abstenções do Partido Socialista. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para poder intervir sobre os assuntos focados no ponto anterior: “Há aqui uma ou duas coisas que eu gostava, não de comentar, mas de dar aqui uma opinião. -----

A ADSE incomoda-me de facto e já fizemos um acordo de pagamento da ADSE, porque houve outros acordos de pagamento no passado, que tivemos de fazer e que estão cumpridos em pleno. Neste momento é a ADSE. -----

Nós não fazemos comparação com mais nenhum município. Nós devemos qualquer coisa à ADSE. É o que eu quero dizer para não fazer comparação com mais ninguém. E não temos que andar a pagar e a suportar, quando há milhões de contos de dívida à ADSE, ser o município do Entroncamento a andar em dia para que os outros possam estar a servir-se disso para fazer outro tipo de obras. -----

Portanto, nós vamos cumprir com o acordo que fizemos com a ADSE. -----

Houve aqui coisas que eu não me vou pronunciar sobre elas. Quero apenas dizer que o Entroncamento fez a maior obra de todos os tempos de saneamento, no primeiro ano que eu cheguei à Câmara. Toda a zona do Casal Saldanha foi intervencionada. É claro que as pessoas esquecem, foi trabalho debaixo do chão. De saneamento gastou-se o que nunca se tinha gasto no Entroncamento, no primeiro ano que nós chegámos a esta Câmara. -----

Foi falado aqui também nos resultados desastrosos. Não percebi para quem! Não percebi, mas eu não comento. -----

Quanto ao aumento do pessoal, quero dizer que, com este Governo que está, com o Governo anterior, cumprimos escrupulosamente com o que o Governo manda cá para fora. Não infringimos. Cumprimos. Todos os trimestres mandamos um mapa comparativo para a DEGAL. Portanto, cumprimos escrupulosamente. -----

Quanto à tal lista negra que o Governo mandou cá para fora, é uma questão de gestão. Se nós, Câmara Municipal do Entroncamento também nos tivéssemos endividado eventualmente um milhão por mês nos últimos seis meses, agora estávamos aqui com uma conta que era uma maravilha! Tínhamos pago! Não, quero dizer que já inaugurámos uma obra há um ano, devemos uma verba considerável e temos credibilidade. Não pagámos um tostão de juros. Andámos a tratar de pôr terrenos em nome da Câmara Municipal do Entroncamento, que não estavam, eram bocados de terreno que haviam por aqui numas gestões anteriores que houveram, mas que era assim que se fazia! Vendemos os primeiros dois lotes de terreno que estávamos autorizados pela Assembleia e cumprimos escrupulosamente com o que esta Assembleia indicou ao Presidente da Câmara. -----

Entrou o dinheiro e transferimos directamente para pagar obras comunitárias a par da Câmara Municipal, tal como nos tínhamos comprometido com esta Assembleia. -----

Em relação aos sete por cento das despesas correntes aqui referidos pela Coligação Democrática Unitária, quero dizer que, por muito que nós tentemos fugir destas coisas, pois todos nós sabemos que se não gerarmos receitas temos algumas dificuldades, mas em relação aos sete por cento, eu bem tentei baixar, mas ao mudar o parque informático da Câmara e o aumento dos combustíveis, foi-me tremendamente impossível com a parte que desceu em termos de IMI. Portanto, tínhamos programado de uma certa maneira e não nos foi fácil. Os quinhentos mil euros colocados à disposição da Câmara... também este Governo nos dá um voto de confiança. Não é para obras comunitárias, porque para essas temos hipótese! É para o que nós precisáremos. Portanto, isto é um voto de confiança dado pelo Governo, porque se

não nos dessem nada e nós pertencêssemos a uma lista que não pudéssemos ir a empréstimos, seríamos aqui penalizadíssimos perante todas as pessoas. -----

Também foi falado aqui em relação ao pessoal do primeiro ciclo. As nossas crianças estão acima de tudo e, portanto, temos de facto pessoal, mas demos aqui alguma margem para o Governo assumir isso. Temos de facto funcionários a mais no primeiro ciclo, isto é, a mais não, todos os funcionários que estão no primeiro ciclo estão a mais e portanto vai ser projecto de uma reestruturação dentro em breve. Não o quisemos fazer num passado muito recente porque quem ficaria penalizado seriam as crianças. Estas funcionárias são da obrigação do Ministério da Educação, mas a Câmara Municipal do Entroncamento não vai despedir ninguém, vamos adaptar as pessoas noutros locais.” -----

Entrou-se de seguida no terceiro e último ponto da Ordem do Trabalho. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Tenho aqui uma questão sobre o IMI e a SISA, portanto, sobre a colecta nestes dois impostos. -----

Foi sempre uma preocupação minha, porque fiz a proposta na altura de descermos o valor dos zero vírgula oito para os zero vírgula seis por cento e sempre acompanhei bem esta situação. -----

De facto, houve uma queda em termos de IMI, mas da informação que foi dada pelo Senhor Presidente em Dezembro, dizia que tinha havido um aumento de um e tal por cento na recolha do IMI. O que acontece é que o IMI de facto foi colectado, esteve nas finanças e só entrou no princípio deste ano. Portanto, estes valores que estão aqui na informação do Senhor Presidente, relativamente ao IMI, foram resultado da colecta do ano passado. Portanto, em termos de receita do IMI, penso que não houve quebras e mesmo que tivesse havido quebras, o IMT mais a SISA compensaram largamente essa quebra. -----

Em relação a uma questão que não vem aqui na informação do Senhor Presidente, mas sei que na Câmara o Senhor Presidente foi incumbido de tratar do assunto da fábrica das malhas, a chamada Fábrica das Malhas Ilda Arlindo Freitas Limitada. É um assunto que não vem na informação, mas que nos preocupa bastante. -----

Desde dois mil e quatro começou a haver salários em atraso nessa empresa. Perante a incerteza e a tendência dos salários que eram bastante baixos, alguns dos trabalhadores rescindir os contratos nessa altura, o que, na altura do encerramento da fábrica (mais ou menos no início do ano) o número de trabalhadores nessa empresa era de trinta e dois, vinte e três dos quais afectos à produção. -----

Alguns dos trabalhadores neste momento, continuam com cinquenta por cento do subsídio de férias do ano passado em atraso, os meses de Janeiro, Fevereiro e Março também por receberem e, perante esta situação insustentável em que eles se encontram, foram obrigados a rescindir os contratos para receberem uma compensação por parte da Segurança Social – subsídio de desemprego. É evidente que os trabalhadores, conforme aquilo que já ouvi na Comunicação Social, estiveram sempre na expectativa que as promessas se cumprissem e que a fábrica continuasse a laborar. Agora do ponto de vista do Entroncamento, são mais vinte e três postos de trabalho na área produtiva e trinta e dois postos de trabalho no geral, que se perdem no Entroncamento.” -----

Interrompeu **Maria Isilda**: “Eu peço desculpa, mas o ponto que nós estamos a abordar da Ordem de Trabalho, diz: apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, acerca da actividade municipal. -----

Eu só queria fazer uma pergunta: Essa matéria diz respeito à gestão do município? Diz respeito à informação do Senhor Presidente? É um pedido de esclarecimento?” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Não diz respeito à informação do Senhor Presidente, conforme eu disse ainda há pouco. Não faz parte da informação do Senhor Presidente, mas faz parte da gestão do município. E eu gostaria de saber, para acabar, quais são as *démarches* que o Senhor Presidente fez até agora, no sentido de ajudar estes trabalhadores e de salvaguardar estes postos de trabalho para o Entroncamento?” -----

O Deputado **Ferreira Marques** disse que a sua bancada se abstinha da intervenção sobre este ponto. -----

De seguida, a palavra foi dada a **Carlos Matias**: “De facto, o entendimento que nós temos do comentário da actividade municipal, não se restringe unicamente ao que está preto no branco na informação do Senhor Presidente, porque, aliás, de há muito tempo a esta parte, me convenci que muitas vezes é mais importante o que lá não está escrito do que aquilo que lá está. E isso é relevante do ponto de vista político. -----

Por exemplo, não está lá escrito aquilo que o Senhor Presidente disse e que deveria estar. Na acta que nós aprovámos hoje, na última sessão, eu fiz um conjunto de perguntas, por exemplo relativamente ao programador cultural da Câmara, conjunto de perguntas que eu me dispense a repetir porque estão na página dezoito das actas que todos têm em cima da mesa e depois o Senhor Presidente disse assim: «*Em relação à programação ou ao programador, virá na próxima assembleia. A contratação foi feita depois de elaborada a minha informação e só por isso é que não vem cá*». E continua a não vir, porque na página relativamente à cultura, seguiu-se o formulário habitual: *cumpriu-se o programa previsto na agenda cultural para este período*» ponto final parágrafo, muda de linha. E continua a não se saber as respostas que eu já me dispense de repetir, porque não vale a pena, já percebi que o Senhor Presidente não quer responder. -----

Mas há mais, e isso ainda é mais preocupante do que a contratação do assessor cultural que vem cá uma vez por semana e leva trezentos contos. É que de há tempos para cá, a maioria que suporta a Câmara, tem vindo a adoptar como regra a abdicação da exigência de áreas de cedência em loteamentos e a abdicar de lugares de estacionamento estabelecidos pelo PDM para as novas construções. Isto é: O que deveria ser tomado como uma excepção (ou seja, o incumprimento do que estipula o PDM, a Lei) passou a ser regra, à semelhança, aliás, do que há anos fazia o anterior Presidente da Câmara e a anterior maioria. Diversos loteamentos e diversos processos de obras recentes confirmam o que estou a dizer. -----

E isto tem que ver com a actividade municipal. -----

Numa recolha rápida, feita com a colaboração do Vereador Henrique Leal e sem qualquer pretensão de ser exaustivo, cito por exemplo: -----

Processo de loteamento zero quatro de noventa e seis da Entrourbe, aprovado em três de Abril – áreas não cedidas no valor de cento e quarenta dois mil euros. -----

Processo de obras cento e doze de dois mil e cinco, aprovado em seis de Fevereiro deste ano – deficit de parqueamento e deficit de áreas de cedência. -----

Processo de obras duzentos e três de dois mil e um, aprovado em vinte de Fevereiro de dois mil e seis – deficit de parqueamento. -----

E logo em dois do um de dois mil e seis, para começar “bem” o ano, o processo cento e setenta e dois de noventa e nove – deficit de áreas de cedências e deficit de sete lugares em áreas de parqueamento. -----

E há mais exemplos. Ainda há pouco, no intervalo, o Engenheiro Pato das Neves que os contou, dizia-me que o deficit de parqueamento ia em trinta e um lugares, ou trinta e quatro lugares, segundo as contas que ele fez. -----

A maioria que governa a Câmara está pois a subverter as regras que estipulam as áreas de cedência e dos parqueamentos mínimos. -----

Dessa forma, apesar de todas as declarações e promessas em contrário, Vossa Excelência e a maioria política que o apoia, estão a comprometer o futuro da cidade. -----

Sem áreas de cedência, não haverá espaços para equipamentos colectivos, nem para os amanhã floridos que prometiam os seus cartazes de campanha eleitoral. -----

Sem estacionamento automóvel, nos novos lotes e construções, a sua herança vai ser fatalmente uma cidade atulhada de automóveis em cima dos passeios sem espaço para os peões. -----

Compreendemos, e a análise das contas explicam-no bem, que sejam aliciantes as verbas que vão recebendo no curto prazo (e percebemos todos porquê) e que aliviam uma situação financeira preocupante, mas não passam de aspirinas para uma dor de cabeça que irá, inevitavelmente, agravar o problemático urbanismo da cidade. O resto é conversa! -----

Por isso, Senhor Presidente e Senhores do Partido Social Democrata, dizemos-lhes com a frontalidade que todos nos reconhecem, que estamos contra a hipoteca que o Senhor está a lançar sobre os espaços públicos em que vão viver as gerações futuras nesta cidade. ---

O que o Senhor e a sua maioria estão a fazer são operações privadas de aquisição (e a baixo preço, diga-se de passagem) sobre os espaços vitais para a cidade e que não estão à venda. -----

A sua opção e da sua maioria, é má para a cidade. -----

Essa política, dizemo-lo claramente, uma vez que estamos a falar da actividade municipal, tem a nossa censura frontal. Pensamos que deverá ser abandonada de imediato. Deverão ser salvaguardados os espaços públicos das áreas de cedência e exigindo a disponibilização dos parqueamentos tal como prevê o PDM.” -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**: “Só dois assuntos: Malhas Ilda – Ao contrário do que uma força política aqui tentou na Câmara, que só queria que eu fosse falar com o patronato, o Presidente da Câmara exigiu falar com os trabalhadores. -----

O Presidente da Câmara hoje teve a primeira reunião com três trabalhadores, três homens nomeados por eles todos. A seguir vou falar com o patrão e depois estarei em condições de, em primeira-mão, dizer aos meus Vereadores o que se passou! Portanto, ao contrário do que se pretendia, falei com os trabalhadores em primeiro lugar. -----

Foi-me dito hoje pelos trabalhadores, que estiveram aqui, que só a seguir às férias de dois mil e cinco é que começaram a haver problemas em termos financeiros. Em dois mil e quatro ninguém me falou em salários em atraso. -----

Não fujo de nenhum assunto e logo que a Assembleia Municipal me solicite as coisas eu mandarei para a Assembleia com mais ou menos celeridade, conforme eu tenha essa hipótese. Mas a Assembleia tem de mandar para a Câmara, porque estava mal se eu tivesse de fazer tudo aqui a correr. -----

Em relação ao loteamento aqui falado, não foi aprovado, houve foi prorrogação de prazo para requerer a emissão do alvará, o que quer dizer que já tinha sido aprovado antes. É um loteamento de noventa e seis que já tinha sido aprovado antes. -----

Muitos dos loteamentos que falaram aqui, é uma prorrogação de prazo para levantar o alvará, porque o loteamento estava aprovado há mais tempo. Não foi nada deste ano. -----

Também quero dizer que nos preocupamos com os espaços verdes e, para terem uma noção, temos cento e vinte mil metros quadrados de área verde no Entroncamento. Com o que está aprovado, passará para cento e cinquenta mil. Dentro muito em breve e isso é muito bom, mas preocupa-me de facto, como é que nós vamos ter capacidade para manter isso, mas prontos, não vamos fugir disso. -----

Eu procurei ser exaustivo para me documentar, pois perguntaram-me quanto é que tinha custado o metro linear do lancil para a ciclovia e eu procurei saber mais do que aquilo que me tinham perguntado. -----

Devo dizer que o custo estimado por metro linear de lancil em pedra calcária com as dimensões idênticas à usada na rede de ciclovias é de vinte e um quarenta e seis cêntimos. Comparativamente ao lancil de cianeto, com o custo de vinte e seis vírgula dezasseis, a diferença traduz-se num acréscimo de quatro vírgula setenta euros por metro. O que

multiplicando pelos cerca de mil e trezentos metros lineares de ciclovia, representa um valor de seis mil cento e dez euros. -----

Os tipos de rocha apresentam diferentes características físico-mecânicas, nomeadamente no que respeita à resistência mecânica e à resistência ao desgaste. -----

O cianito apresenta melhores condições de durabilidade que o calcário. -----

E depois há aquela parte que é dos Técnicos, os projectistas: -----

Assentam numa intervenção que procuram uma identidade própria e uniformização do traçado de rede de ciclovias, conciliando um conjunto de factores, nomeadamente funcionais, estéticos, económicos e de manutenção/durabilidade dos materiais. A rede de ciclovias é de facto associada ao uso de lancil de cianito, peça estruturante do traçado, copiada para as peças de mobiliário, criando uma imagem exclusiva e marcante para o percurso circulável cidadão.” -----

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta.

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes Membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia: -

O 1º. Secretário: -

O 2º. Secretário: -